

## ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS POR PROFESSORES DE ALUNOS SURDOS

Alan Silva das VIRGENS<sup>1</sup>

Josefa Gilvânia Barbosa Souza RODRIGUES<sup>2</sup>

**Resumo:** o presente artigo tem por finalidade discutir um tema de suma importância para a história da educação especial “a inserção de alunos surdos em sala de aula” ao passo em que faz uma relação desses estudos com a Linguística Aplicada. Com um estudo bibliográfico com foco na revisão de literatura, pretende-se auxiliar professores que tenham alunos surdos em sala de aula, mas que não tenham conhecimento formal e teórico sobre as relações entre professor ouvinte/aluno surdo. Sob a perspectiva da Linguística Aplicada (L.A.)<sup>3</sup>, serão discutidos os conflitos acerca do ensino de línguas estrangeiras, trabalhando metodologias de aproveitamento e suas competências tentando uma aproximação ao que podemos chamar de estudos surdos, não apenas analisando a possibilidade de transmissão de uma língua estrangeira para um deficiente auditivo, como também as possíveis complicações envolvendo a própria Libras.

**Palavras-chave:** Estudos surdos. Linguística Aplicada. Educação Inclusiva.

**Abstract:** the purpose of this article is to discuss a topic of major importance for the history of special education “the insertion of deaf students in the classroom” while making a relationship between these studies and Applied Linguistics. With a bibliographic study focused on literature review, it is intended to assist teachers who have deaf students in the classroom, but who do not have formal and theoretical knowledge about the relationship between hearing teacher / deaf student. From the perspective of Applied Linguistics (L.A.), the conflicts about foreign language teaching will be discussed, working on methodologies of proficiency and their skills trying to approach what we can call deaf studies, not just analyzing the possibility of transmission of a foreign language for a hearing impaired person, as well as the possible complications involving Libras itself.

**Keywords:** Deaf studies. Applied Linguistics. Inclusive Education.

### Introdução

Os estudos surdos, aqui considerados, fazem parte do que consideramos Educação Especial abrangendo um viés histórico. Os aparatos históricos são de suma importância, pois há a necessidade de se criar algo que possamos denominar de linha do tempo, abrangendo a realidade do Brasil no que diz respeito à inclusão, educação especial e práticas jurídicas que visam à proteção do aluno com deficiência.

Como já sabido, a Libras mesmo sendo uma língua, é considerada pela Constituição vigente como meio legal de comunicação, e isso graças à Lei de Nº 10.845 de 5 de Março de 2004, que garante a instituição do ensino especializado inserindo o

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras/Inglês e mestrando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, pesquisador na área dos estudos Fonéticos e Fonológicos da língua Inglesa, Linguística Aplicada, Políticas Linguísticas e afins.

E-mail: alan.alunoenfase@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Letras Português/Inglês e Bacharel em Direito, mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Professora de Língua Inglesa no Instituto Federal de Sergipe – IFS.

E-mail: gilvanciasouza@hotmail.com

<sup>3</sup> Linguística Aplicada.

aluno com deficiência na classe regular de ensino. A partir disso, é possível trabalhar e fazer com que os alunos surdos não se sintam excluídos, inclusive desmistificando o título de deficiência, considerando a surdez como apenas uma barreira a ser superada.

Se levarmos em conta o aspecto psicológico da pessoa surda, quão gratificante seria se os alunos ouvintes utilizassem a Libras para inserir todos nas discussões, nas brincadeiras, nos bate-papos e em outros momentos extraclasse.

Acreditamos que a educação inclusiva não pertença apenas aos intermédios da sala de aula, mas também em todas as imediações da instituição. Esperamos que os alunos surdos participem quando outros alunos questionarem os professores para sanarem as suas dúvidas, tornando, assim, o ambiente o mais natural possível, uma vez que o princípio da escola inclusiva é fazer com que todos os alunos aprendam juntos deixando de lado toda e qualquer dificuldade/diferença que possa vir a existir (NOVAES, TRUGILLO, 2011).

Da mesma forma, como já debatido, o ensino do aluno surdo é baseado em uma educação bilíngue, pois, se a Libras é a sua língua materna, a língua portuguesa, neste caso escrita, será a sua segunda língua. Silva e Silva (2016) comentam que é daí que vem a dificuldade dos alunos em concretizar os conteúdos e se sentirem livres dentro das salas de aula, trabalhando de forma grupal como em toda e qualquer aula regular.

Para que isso aconteça, e como tentativa de se trabalhar a interdisciplinaridade que esta temática necessita para se fazer cada dia mais visível, traremos saberes de uma área dos estudos linguísticos referentes à linguagem, assim como ensino e aprendizado de idiomas. Segundo Menezes (2009) a Linguística Aplicada trabalha teorias acerca de línguas estrangeiras de um ponto de vista voltado para o ensino/aprendizagem.

Os debates abrangidos pela L.A podem ser políticos, pedagógicos, sociais e econômicos, mas todos, em nossa pesquisa, com o mesmo fim educativo. É por esta perspectiva que tentaremos fazer uma aproximação com os estudos surdos, mostrando até que ponto podemos nos valer de uma teoria, trabalhando a sua aplicabilidade no que tange ao ensino da Libras.

Porém, se tratamos aqui da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como uma língua, a qual de fato é, achamos cabível uma análise de sua utilização, valendo-se de teorias da linguagem como base para as nossas afirmações. Iremos então considerar o seguinte contexto, professores falantes, que tem o português como língua materna, aprendendo a Libras para mediar aulas com alunos surdos que possuem a Libras como língua materna.

Apesar de certa confusão mental, podemos considerar que a Libras é a “língua estrangeira” desse professor. O mesmo acontece com professores brasileiros de espanhol, inglês ou outra língua estrangeira.

Costa (2018) nos relata que nos entremeios dos anos de (1944-1979) o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foi a primeira escola de educação inclusiva do Brasil. Este foi o período em que tal escola desenvolveu as suas atividades, encerrando-os, infelizmente, no referido ano de 1979. Neste Instituto, desenvolviam-se embasamentos no campo da surdez. Além de garantir o respeito às diferenças, o desenvolvimento mundial e sua socialização.

Assim, temos noção de onde tudo começou e como a Libras começou a ser ensinada no contexto brasileiro, e mesmo não tendo perpetuado a transmissão da língua, fez com que outras portas fossem abertas e mais visibilidade fosse prestada para os estudos surdos.

Abordando os escritos do Instituto dos Surdos Mudos, que é conhecido atualmente como Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, tomamos ciência que no Brasil o tema educação voltada para a comunidade surda surge nos meados do

Séc. XIX. Foi por volta do ano de 1855 que E. Huet apresentou o primeiro projeto de criação de uma escola para deficientes auditivos a D. Pedro II, e desde então a temática tem conquistado grandiosos espaços.

Segundo as informações retiradas do site oficial desta instituição<sup>4</sup>, o INES qualifica e incentiva a inserção do indivíduo surdo no mercado de trabalho, avalia a audição das pessoas dando suporte visando à prevenção e diagnóstico precoce de perdas auditivas. Além disso, oferta cursos de Libras, admite e promove o uso de línguas de sinais, e forma profissionais bilíngues competentes nas entrelinhas científica, social, política e técnica.

A formação do profissional bilíngue é o que mais nos interessa, uma vez que iremos dar ênfase ao trabalho dos professores como fonte desta escrita. Um trabalho metodologicamente baseado em leis, decretos, artigos e livros relacionados não somente aos estudos surdos, mas também às teorias da Linguística Aplicada.

As observações que traremos serão retiradas de textos e autores que se posicionam sobre a L.A, lembrando que os seus debates giram em torno do ensino de línguas estrangeiras que Moita Lopes (2009) afirma ter surgido sendo resultado “dos avanços da Linguística como ciência no século XX” (MOITA LOPES, 2009, p. 12).

Logo, tomaremos como base algumas citações e exemplos de formações necessárias aos professores de línguas estrangeiras, tanto pedagogicamente como culturalmente associadas, fazendo menções acerca da formação do professor de Libras destacando também os objetivos e dificuldades encontradas.

Deste modo, começamos dizendo que grande parte dos alunos surdos revelam dificuldades em sala de aula por conta da metodologia aplicada, que deve sim ser diferenciada. Logo, é fundamental o fato de aqui trazermos a dificuldade não só do aluno, mas também do professor inserindo que tipo de formação lhe deva ser apropriada para lidar com estas questões.

As possíveis dificuldades idealizadas podem surgir de modo recíproco, tanto da escola para o indivíduo quanto do indivíduo para a escola, ocorrendo neste caso um processo de adaptação mútua. Os professores mesmo com sua capacitação podem não conseguir, de uma forma eficaz, contribuir com a aprendizagem dos surdos e ouvintes ao mesmo tempo. É necessário um mecanismo de eficácia para que haja uma inclusão indissociável.

É com este olhar, que parte principalmente da formação do professor de Libras, que podemos idealizar que tipo de profissional melhor se encaixa para que possamos contar com uma educação inclusiva de qualidade e respeito para com o indivíduo surdo. O objetivo deste artigo é, além do que já foi debatido, destacar uma área de interesse que passa do pedagógico e abrange o social, uma vez que devemos considerar a possibilidade de que qualquer professor, escola ou ambiente de ensino possa receber um aluno surdo.

## **Fundamentos da L.A transferidos aos Estudos Surdos**

Matos (2014) afirma que é necessária a formação de docentes comprometidos, competentes, capazes de educar, de ensinar valores em um contexto de constantes mudanças e com alunos culturalmente heterogêneos. Ou seja, os professores precisam ter uma formação mais completa, integral, renovada não apenas em seus conteúdos, mas

4

[https://www.servicos.gov.br/orgao/252?nome=Instituto%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Surdos%20\(INES\)#](https://www.servicos.gov.br/orgao/252?nome=Instituto%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Surdos%20(INES)#)

VIRGENS, A. S. das.; RODRIGUES, J. G. B. S.. Aspectos a serem considerados por professores de alunos surdos.

também em suas características físicas como: espaço, condições de trabalho, planejamento de aulas e dinamismo ao passar os conteúdos, fazendo com o que o aluno aprenda de forma gradativa visando a completa compreensão do idioma ensinado. Essa formação deve desenvolver uma pedagogia ou uma prática docente em um contexto multicultural que prepare os futuros docentes para atender adequadamente a diversidade cultural dos indivíduos surdos.

Na visão pedagógica, a perspectiva de interação entre as culturas está baseada no próprio reconhecimento da diversidade entre essas culturas de um modo que abrange as classes minoritárias e vários membros da sociedade. A prática intercultural também pode ser desenvolvida em um contexto escolar sempre promovendo o respeito e a igualdade de oportunidades, transformando as escolas em espaços de mudança social, e como afirma Pennycook (2006) trabalhando a reflexividade que vem surgindo na L.A.

Mendes (2012), mostra que há uma grande preocupação dentro do ensino de Línguas Estrangeiras (LE/L2) em discutir a importância dos mecanismos do processo de aprendizagem do aluno visando uma melhor interação intercultural. A intercultural dentro do sistema de aprendizagem de línguas tem como função integrar e determinar comportamentos com respeito às diferenças culturais, buscando compartilhar experiências aprendendo novos conceitos Assim, respeito é algo que deve sempre estar em evidência no intuito de se criar um ambiente digno de aprendizagem, lembrando que aprender envolve questões psicológicas e quanto mais acolhido o aluno surdo se sentir, melhor e maiores são as chances de um aprendizado eficaz.

A intercultural no ensino de línguas tem a ideia de promover ações para o reconhecimento da diversidade e também para o combate às atitudes de discriminação para com o outro. É preciso pensar na formação dos docentes e, por outro lado, pessoas envolvidas no âmbito escolar para que essa interação cultural consiga atingir seu objetivo, é preciso averiguar os planos de aula, o currículo, plano de ensino e materiais didáticos e até mesmo a metodologia visando à contribuição para a construção do entendimento entre as pessoas e de um mundo mais igualitário.

Para completar esse pensamento, em 2013, Bell Hooks debatia sobre os ensinamentos de forma multidimensional no livro intitulado “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, cujo excerto retirado representa com fidelidade o conceito aqui debatido de inclusão e práxis pedagógica, lembrando sempre que tratamos do ponto de vista externo e interno que perpassa a graduação, e de forma crítica traz conceitos julgados necessários aos professores em geral:

Apesar de o multiculturalismo está atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão. (HOOKS, 2013, p. 51)

Segundo Rocha e Daher (2015) a L.A está ainda ligada a demandas sociais e isto significa a sua utilização em outras áreas do conhecimento capazes de abranger problemas referentes à sociedade, inserindo o conceito de interdisciplinaridade. Para isso, Kleiman (2013) acrescenta falando sobre “o papel constitutivo” que a linguagem possui interligados as mesmas demandas sociais.

A integração dos surdos nas escolas, fez com que a inclusão entrasse em ascensão, dessa forma transformando a escola tradicional em um ambiente para todos os tipos de pessoas, sem distinção, tanto ouvintes como surdos, ocasionaram justamente uma mudança no sistema educacional das instituições.

Com isso, é indispensável ter foco e apresentar melhorias significativas a curto prazo com as questões pedagógicas, tecnológicas e metodológicas, concomitantemente. Temos que esclarecer que a inclusão dentro das instituições também precisa estar alinhada às práticas de línguas de sinais como fator primordial para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de aprendizagem dos surdos.

Portando, para que as atuais práticas continuem tendo sucesso, os intérpretes de Libras precisam ter um ótimo conhecimento para que se efetive a tradução. Ao se pensar a idealização das práticas, as técnicas que são utilizadas por estes profissionais precisam atingir altos níveis teóricos e funcionais para que os surdos aprendessem diretamente na sua própria língua, tomando como base, o padrão como eficácia no aprendizado e rendimento durante o processo.

As dificuldades encontradas são sempre um desafio. A falta de material, recursos e salas de aula fisicamente preparadas não são sempre encontradas. Mas, esta discussão se fará em outro momento da nossa escrita. Isto porque inicialmente preocupamo-nos em revelar as dificuldades que giram em torno do ensino por parte dos professores e como se dá a formação dos mesmos, trazendo quais aspectos seriam importantes para uma complementação eficaz.

Logo, é também o papel da escola, ser participante ativa no processo de socialização do aluno. Com certeza o enfoque na capacitação dos professores já é de fato um grande passo para a inclusão total de todos os alunos com eficácia. Souza et al (2014), discute sobre esta peculiaridade, apresentando que:

Os surdos precisam ter o direito de escolherem entre duas vertentes de educação: estudar em escola inclusiva ou numa escola bilingue. Mas, a maioria dos surdos angustia-se na sala de aula, em que o professor adota uma metodologia para a maioria que é ouvinte. O surdo tem o direito a um Tradutor Intérprete de LIBRAS (TILIBRAS) em sala de aula, porém, às vezes, os professores não estão preparados para lidarem com essa situação inclusiva. (SOUZA et al, 2014, pp. 16-17)

Paraquett (2018) complementa que “um bom professor é aquele que sabe definir o que ensinar e como ensinar a seus alunos, partindo de um repertório enorme de temas (...)” (p. 74); com isso, voltamos ao marco inicial onde defendemos a atualização e preparação dos professores ativos. Um investimento para os atuais professores seria um bom início para a complementação dos estudos especiais.

Não é um tema novo, não se trata também de uma corrente teórica, mas sim de adaptações ou algo que possamos chamar de transposição de saberes em busca de uma multidisciplinaridade que seja suficiente para sanar estas questões.

O primeiro passo é considerar a Libras como ela de fato é, e a partir disso, inseri-la entre as teorias da linguagem, obviamente em determinados contextos sendo segunda língua, no caso de professores ouvintes, ou língua materna, no caso de alunos surdos. Para isso, podemos inserir a **Lei nº 13.146 (Alan, eu tiraria o negrito)** de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) traz em seu Art. 28, inciso IV - a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.<sup>5</sup>

Mesmo tendo certo aparato, visto que este excerto é apenas um entre várias legislações, devemos ressaltar que as teorias existentes em relação à Educação Especial

<sup>5</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

geralmente são baseadas em leis e decretos que defendem o direito a ter um estudo digno e abrangente.

Do mesmo modo, as escrituras legais *per se* ainda não são em uma totalidade capazes de gerir aquilo que na prática tem uma desenvoltura muito mais complexa do que pode-se imaginar.

De acordo com alguns aparatos legais podemos perceber a tentativa de solução e garantia de educação dos alunos surdos, como trouxemos o debate acima em relação a complexidade de se desenvolver esquemas de gestão que ligue o ensino especial à um bom aperfeiçoamento dos profissionais, é de grande respeito apresentar, dentre outras, a Lei de nº 10.845 de 5 de Março de 2004 que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência. Garantindo em seu inciso II a inserção da pessoa com deficiência na classe comum regular, progressivamente.<sup>6</sup>

Desse modo, conseguimos comprovar a necessidade de uma educação continuada do professor regente, visto que, assim como a escola, ambos devem estar preparados para receber um aluno surdo. Dificilmente iremos encontrar professores de séries iniciais trabalhando o desenvolvimento da Libras como primeira língua de um determinado aluno.

Porém, estas questões devem ser pensadas desde a graduação e/ou especialização. Assim como qualquer outro idioma, a Libras também depende de contextos para serem trabalhados. Temos o dever de apresentar aqui a tecnicidade dos idiomas. Se levarmos em consideração o ensino de línguas para fins específicos, vem-nos a mente que, questões de sintaxe e morfologia por si só não resolvem todos os problemas. No caso do Inglês, por exemplo, têm-se o ESP (English for Specific Purposes)<sup>7</sup> onde a língua é voltada para uma situação em que vocabulários específicos de uma determinada área são trabalhados, e que outras pessoas que dominem a morfossintaxe não tenha a obrigação ou necessidade de dominar.

O que se deve pensar com esta perspectiva é o fato de que saber falar uma língua, seja ela língua de sinais ou não, não significa que esta pessoa esteja pronta para ensinar a mesma. Para isso contamos com os cursos pedagogicamente desenvolvidos para o treinamento eficaz de professores que serão responsáveis por guiar os seus alunos numa sala de aula mista, falantes e não falantes.

É desta forma que exaltamos a necessidade de um profissional da educação estar preparado em sua área para o exercício do ensino da Libras. Trata-se de união de áreas do conhecimento, porque o professor em questão ainda precisará dos seus saberes para liderar com muita destreza os alunos ouvintes que necessitarão também de serem guiados numa educação multicultural.

É por isso que apostamos na interferência da L.A, pois, como Fabrício (2006) afirma, a L.A está passando por mudanças e ainda “passa a apostar no diálogo transfronteira” (p. 52). O que nos leva a compreender a transição para novas perspectivas, algo que cabe fidedignamente as propostas para a educação continuada dos professores de alunos surdos e ouvintes.

### Considerações finais

Uma vez declarados os debates no que tange à educação inclusiva, trazemos à mesa discussões educacionais e leis de proteção e incentivo as pessoas, neste caso, surdas. Porém, as nossas discussões não são baseadas em como a escola deve receber

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm)

<sup>7</sup> Inglês para Fins Específicos

esse aluno em particular, ou como o aluno deve se adequar ao ambiente escolar. Como já visto, já existem leis que garantem estas visões.

A nossa preocupação gira em torno de como o professor, maior benfeitor, se assim podemos declarar, pode se aperfeiçoar e/ou ter apoio teórico de desenvolvimento de suas habilidades. Como já compreendidas as bases da linguística aplicada, abrangemos um olhar futurista e trazemos uma possibilidade de inserir os seus ensinamentos nas salas de aulas onde a Libras é a língua em questão.

Salientamos também a inserção do intérprete de Libras para o cumprimento da Lei em primeiro plano e para fornecer suporte ao professor regente. A responsabilidade do intérprete está ligada ao fato de não distorcer os conteúdos e fazer com que a explicação dos professores se faça válida num contexto mútuo do professor para o aluno e vice-versa. Em vias de fato, é necessário, ainda assim uma avaliação do processo educativo, e Magalhães (2013) utiliza bem as palavras para demonstrar os pontos positivos e negativos que podem estar ligados à inserção de um auxiliar na sala de aula, nesse caso o intérprete.

Ele remete que o intérprete ajuda o aluno surdo a compreender melhor a matéria, todavia pode não conseguir demonstrar isso do mesmo modo que o professor o faria; o aluno surdo se sente mais seguro e confiante, porém deixa de prestar atenção aos movimentos que o professor regente faz; Por outro lado, o professor tem mais tempo para estar com os alunos ouvintes, que por sua vez podem se distrair com o intérprete ao lado do professor.

Do mesmo modo que temos salas de aula mistas, onde o aluno surdo é ensinado o português como segunda língua, podemos também, de certa forma ousar e fazer o sentido reverso. Ensinar a Libras para que os alunos ouvintes possam se comunicar com os alunos surdos, criando um ambiente de transgressão.

Isso demonstraria muito mais do que uma nova pedagogia, mais sim, respeito as diferenças linguísticas e principalmente respeito à cultura dos surdos, uma vez que língua e cultura não se dissociam. Deve-se levar em pauta a ideia de que para o ensino na base regular ser completamente inclusivo, o termo ‘inclusão’ deve estar presente em tantas outras áreas dentro e fora da classe e em determinadas situações que não apenas voltadas à absorção de conteúdo. Além disso, deve-se possibilitar ao aluno surdo a participação em conversas extraclasse, risos, comentários nos corredores, desfazendo a ideia de que a escola inclusiva esteja ligada apenas ao pedagógico esquecendo dos aspectos sociointeracionais.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Edivaldo da Silva. **Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)**. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

FABRICIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45- 65.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013, p. 223-233.

VIRGENS, A. S. das.; RODRIGUES, J. G. B. S.. Aspectos a serem considerados por professores de alunos surdos.

INSTITUTO NACIONAL DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS - INES. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>> Acesso em: 10 de Outubro de 2019.

KLEIMAN, A. . Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**: Festschrift para Antonieta Celani. 1ed. São Paulo: Parábola, 2013, p. 39-58.

LEI 13.146. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em 15 de Julho de 2019.

Lei 10.845. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm)> Acesso em: 15 de Julho de 2019.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. O Papel do Intérprete de LIBRAS na Sala de Aula Inclusiva. In: **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, N. 7, p. 73 – 86, (2013). Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura>> Acesso em: 15 de Julho de 2019.

MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva. Formação intercultural de professores de espanhol e materiais didáticos, **Revista Abehache**, nº 6,p.165-185, 1º semestre de 2014.

MENDES, Edleise. Aprender a ser e a viver com o outro: materiais didáticos interculturais para o ensino de português LE/L2. In: SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio (Orgs.). **Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade**: contestações e posições. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 355- 378.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P (Org.). **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-24.

NOVAES, R., TRUGILLO, E.. O aluno surdo no contexto do ensino regular. In: **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso;Vol.2, N. 2,Dez. 2011. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/406>>. Acesso em: 16 Julho 2019. P. 210 – 219.

PARAQUETT, Marcia. Questões imprescindíveis para a formação de professores interculturais latino-americanos: o lugar da cultura de tradição oral e afrodescendente. In: MATOS, Doris; PARAQUETT, Marcia (Orgs.). **Interculturalidade e identidades**: formação de professores de espanhol. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 73-99.

PENNYCOOK, Alastair. Uma lingüística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. **Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 67-84.



ROCHA, Décio; DAHER, Del Carmen. Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar?. **DELTA** [online]. 2015, vol.31, n.1, pp.105-141.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, Vol. 20, N. 1, p. 33-44, Apr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572016000100033&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000100033&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 de Julho de 2019.

SOUZA, Rita de Cássia Santos et al. **Introdução aos estudos sobre Educação dos surdos**. Aracaju, Editora Criação, 2014.

*Submetido em 11 de outubro de 2019. Aprovado em 26 de novembro de 2019.*